

Pedro Ramos Brandão
António Chaves Fidalgo

A MAÇONARIA E A PARTICIPAÇÃO
DE PORTUGAL NA
PRIMEIRA GUERRA MUNDIAL

Sangue, lágrimas e «aventais» na Europa
e em África


casadasletras

Índice

Agradecimentos	9
Introdução	11
I Parte	
A génese das grandes guerras	15
As especificidades da Primeira Guerra Mundial.....	24
II Parte	
Contexto pré-conflito	29
O início do conflito.....	33
A guerra de trincheiras	38
A caminho de Verdun	43
Ataque no Somme para resolver Verdun.....	45
A entrada dos Estados Unidos na guerra	46
O telegrama Zimmermann	50
A fase final do conflito	59
O Tratado de Versalhes.....	61
III Parte	
Portugal nas vésperas da Grande Guerra	65
IV Parte	
Causas do envolvimento de Portugal na Grande Guerra	75

V Parte

Uma «Obediência quebrada» ou a busca da unidade maçónica	85
A posição do grão-mestre.....	89
Quando a união é sagrada	95

VI Parte

A história do soldado Manuel Joaquim	103
--	-----

Lista das ilustrações.....	107
-----------------------------------	------------

Nota cronológica e contextual.....	109
---	------------

Cronologia da Primeira Guerra Mundial.....	111
---	------------

Anexos

Anexo 1 – Composição dos governos portugueses no período da Primeira Guerra Mundial	135
--	-----

Anexo 2 – Fichas Maçónicas – <i>Livro Mestre</i> do Arquivo do Grande Oriente Lusitano.....	141
--	-----

A – Importantes maçons da Primeira República	143
--	-----

B – Maçons pertencentes aos governos entre 1914 e 1919	155
---	-----

Anexo 3 – <i>Portugal perante a Guerra</i> , por João Chagas	201
--	-----

Anexo 4 – Extratos do <i>Diário</i> de João Chagas	233
--	-----

Fontes históricas	247
--------------------------------	------------

Bibliografia	249
---------------------------	------------

I PARTE

A génese das grandes guerras

O século xx foi inequivocamente um dos períodos da História da humanidade, e sem qualquer dúvida da História Contemporânea, mais sangrentos de que há memória, caracterizando-se por inúmeros eventos de uma violência absurda e irracional.

Nas duas guerras mundiais morreram mais pessoas, em termos absolutos, do que o somatório de mortes em *outros* conflitos anteriores. O paradoxo de tudo isto é o facto de o século xx, paralelamente a confrontos maciços entre nações, desenrolar um processo de progresso social e tecnológico sem precedentes. Devido a este desenvolvimento, a humanidade consegue, no final desse século, atingir níveis de conhecimento muito elevados, bem como fronteiras de longevidade que cem anos antes estavam para além de qualquer previsão científica.

Em 1900, na Europa, a esperança média de vida era de quarenta e oito anos, no final do século xx será de setenta e seis, e a mortalidade infantil era, em 2000, vinte e cinco vezes menor do que no início do século.¹ Perto do final do século xx, a população mundial tinha ultrapassado os seis mil milhões de habitantes, ou seja, três vezes mais da que existia na altura da Primeira Guerra Mundial. Contudo, os conflitos mais sangrentos e que mais pessoas mataram situam-se na primeira metade do século em análise, ou seja, principalmente nas duas grandes guerras mundiais. A partir de 1950, deu-se uma acentuada diminuição dos conflitos, em contraposição

¹ FERGUSON, Niall, *A Guerra do Mundo*, Editora Civilização, Porto, 2006.

com a existência de equipamentos e tecnologias militares muito mais sofisticados, onde se pode apontar a verdadeira possibilidade de guerra química e biológica, que na altura da Primeira Guerra estava numa fase meramente embrionária. Ou seja, um conflito do tipo «guerra mundial» teria provavelmente aniquilado muito mais população mundial do que os dois grandes conflitos anteriores. Contudo, não aconteceu, não sendo de excluir o efeito dissuasor que as novas tecnologias possam ter tido neste facto.

Os problemas da primeira metade do século xx, nomeadamente as duas grandes guerras, foram despoletados, principalmente, pela propagação de versões radicalizantes de algumas ideologias políticas, como o comunismo, o socialismo radical, o fascismo e o imperialismo.²

Não existe, portanto, uma relação direta entre a ocorrência dos grandes conflitos e as mudanças evolutivas na tecnologia de armamentos, pois, caso isso se verificasse, os conflitos na segunda metade do século xx teriam sido muito mais destrutivos e muito mais avassaladores em termos de perdas humanas, e não o foram.

Por outro lado, as crises económicas e financeiras também não explicam, por si só, a emergência de conflitos mundiais na primeira metade do século passado. Caso explicassem, os países que tivessem sido afetados pela crise de 1929 teriam tendencialmente consolidado regimes autoritários ou fascistas, e não foi isso que aconteceu, nem todos os países que, de uma forma ou de outra, foram atingidos pela depressão dos anos trinta se tornaram ditaduras.

Aliás, verificou-se algo até contrário, como, por exemplo, o caso da Alemanha, que só adotou uma postura ofensiva em relação a outros países após ter recuperado da crise dos anos trinta. «Hoje em dia, é certamente impossível argumentar (embora os marxistas tenham tentado) que a Primeira Guerra Mundial seja resultado de uma crise do capitalismo; pelo contrário, ela pôs abruptamente fim a um período de extraordinária integração económica global, com um crescimento económico relativamente grande e uma inflação reduzida.»³

² *Idem, ibidem.*

³ *Idem, ibidem;* pp. 33.

Por outro lado, não é suficiente justificar a ocorrência destes grandes conflitos com o simples processo estrutural declinante em relação a alguns valores. Nem se podem justificar, pelo comportamento individual de alguns personagens da História, mesmo que esses comportamentos possam ser enquadrados em formas desviantes ou delirantes, não chega este tipo de justificação. Cientificamente não se pode dizer que a Segunda Guerra Mundial eclodiu porque Hitler era um «louco», até podia ser, mas não é suficiente para justificar a estrutura global do evento. A personalidade de Hitler até podia ter a capacidade de iniciar um processo de guerra, mas nunca de o manter estruturalmente, e muito menos na forma específica e com os contornos em que este conflito se tornou.⁴

Outro aspeto importante é deixar claro que também não foi o Estado-Providência que gerou os conflitos.⁵ «Para os cientistas políticos tornou-se elegante postular uma correlação entre democracia e a paz, partindo do pressuposto de que as democracias tendem a não entrar em guerra entre si. É evidente que, segundo esse raciocínio, a ascensão sustentada da democracia ao longo do século xx deveria ter reduzido a incidência da guerra. Esta poderá ter diminuído essa incidência entre os estados, mas o que não falta são provas de que as vagas de democratização nos anos 20, 60 e 80 foram seguidas de um aumento do número de conflitos civis e de conflitos de secessão.»⁶ A partir daqui, podemos deduzir outras conclusões. Equacionamos, assim, três fatores principais (podendo haver outros) que ajudam a entender a génese destes conflitos na primeira metade do século xx: problemas étnicos, grande instabilidade económica e um profundo declínio dos impérios.⁷

No que toca à questão da instabilidade económica, devemos entendê-la como alterações bruscas dos rendimentos, crescimentos económicos não sustentados, variações bruscas da inflação, que causem grandes assimetrias sociais, e um enorme conflito social; no que

⁴ HENIG, Ruth, *The Origins of The First World War*, Lancaster Pamphlets, Nova Iorque, 2002.

⁵ *Idem, ibidem*, pp. 34.

⁶ *Idem, ibidem*, pp. 35.

⁷ *Idem, ibidem*, pp. 36.

diz respeito aos problemas étnicos, referimo-nos aos que são originários de teorias sociais em que a hereditariedade é uma forma de direito único para acesso a determinadas estrutura de poder, bem como redefinições de fronteira que possam ter levado à aglomeração numa mesma região administrativa de etnias significativamente diferenciadas e sujeitas a estruturas de poder social, político e cultural padronizadas e não aceites tacitamente por esses grupos; por último, na questão do declínio dos impérios, referimo-nos à perda de hegemonia por parte dos grandes impérios europeus, que no início do século xx perdem a capacidade de impor processos hegemónicos nas suas áreas de influência, sejam eles físicos ou económicos ou meramente político-culturais. A emergência dos Estados Unidos da América como grande potência no século xx vai ter um papel determinante neste declínio.

Não queremos dar-lhes uma importância para além daquela que lhes deve ser atribuída, mas não se podem negar evidências de problemas de cariz racista no século passado. Durante o século xx, muitos agiram sob preconceitos racistas quer a nível interno, quer a nível internacional. Foi dada uma importância desmesurada às questões das raças, quando efetivamente, em termos genéticos, as diferenças são ínfimas – pode admitir-se a existência de *stocks* genéticos, o que é algo bem diferente de espécies ou raças, a genética não permite essa distinção. Contudo, na primeira metade do século xx estas diferenças eram feitas e aceites por muita gente, incluindo altos dirigentes políticos. «As diferenças raciais podem ser geneticamente escassas, mas os seres humanos parecem concebidos para lhes dar importância.»⁸

Só que o problema pode tornar-se muito mais complexo. Não o era antes do século xx, mas complicou-se na primeira metade deste, tendo sido uma questão crucial na Segunda Guerra Mundial. Falamos de raças e de etnias. Se as questões de racismo eram complicadas no início do século, na segunda metade do mesmo as de ordem ética tornaram-se mais complexas do que as racistas. Isto deveu-se ao facto de alterações provocadas pela reorganização de mapas geopolíticos baseados exclusivamente em perspetivas

⁸ *Idem, ibidem*, pp. 60.

administrativas sem qualquer enquadramento com a realidade cultural dos locais que estavam a ser geograficamente reorganizados. Mesmo hoje, no século XXI, ainda temos este tipo de problemas por resolver, como, por exemplo, o caso dos Balcãs. No entanto, na primeira metade do século passado o problema foi mais complicado e agudizou-se no final da Primeira Guerra Mundial: «... Enquanto a raça se reduz a características físicas herdadas, transmitidas de pais para filhos no ADN, a etnicidade é uma combinação de língua, costumes e rituais, inculcada em casa, na escola e no templo. É perfeitamente possível para uma população geneticamente cruzada entre si dividir-se em dois ou mais grupos étnicos biologicamente indistintos, mas culturalmente diferenciados. Esse processo pode ser voluntário, mas também derivar da coerção – nomeadamente no que respeita a grandes mudanças na crença religiosa...»⁹. Este problema pode ser mais complexo do que os racismos, pois o seu extremo é o genocídio, e ele, de facto, acabou por acontecer várias vezes durante o século XX, numa delas a coberto de uma guerra mundial.

A questão da raça é significativa, mas tem outro enquadramento. No Mundo Antigo e mesmo na Idade Média, essa questão não tinha o mesmo significado que assumiu durante o século XX. Era possível um ibero tornar-se cidadão romano, mesmo que não tivesse nascido em Roma, e mesmo um judeu podia cristianizar-se facilmente. No denominado Império Português, no século XVIII, um mulato podia adquirir os direitos e privilégios de um branco, para tal bastava pagar à coroa uma determinada quantia. A questão das raças surge bem mais tarde.¹⁰

Em grande parte, devemos os problemas sociais e políticos relacionados com os conceitos de raça, na Europa, ao sueco Carolus Linnaeus, através do seu *Systema Naturae*, de 1758, em que identifica claramente a existência, em sua opinião, de quatro raças: a *Homo sapiens americanus*, a *Homo sapiens asiaticus*, a *Homo sapiens afer* e a *Homo sapiens europaeus*. Fez esta classificação racial considerando a aparência, o temperamento e a inteligência. Deu ao

⁹ *Idem, ibidem*, pp. 61.

¹⁰ *Idem, ibidem*.

homem europeu a liderança nesta classificação racial, atribuiu o segundo lugar ao homem americano, em terceiro lugar ficou o homem asiático e na base da pirâmide colocou o homem africano. A obra de Linnaeus teve profundas repercussões na forma de pensar dos europeus, nomeadamente põe em questão um dado, para eles adquirido, que era o facto de só considerarem hereditário o poder. Contudo, agora a raça é também algo a ter em consideração, conceção esta que abalará as próprias monarquias e que, por outro lado, vai patrocinar a ambição hegemónica dos europeus em relação a África.

No que toca aos grandes conflitos mundiais, este novo conceito de raça estabelecido por este autor provocou variadíssimas influências, mas destacam-se duas: no caso da Primeira Guerra Mundial, que de certa maneira começa em África, permite aos europeus dominarem-na, a todos os níveis, considerando a filosofia taxonómica de que os negros eram uma raça inferior e de que não se sabiam organizar corretamente em termos políticos. Em 1914, noventa por cento do território africano era, de uma forma ou de outra, controlado por países europeus. Isto levou a que a Primeira Guerra Mundial se iniciasse com conflitos de interesse em África e terminasse com uma nova divisão do continente no final do conflito. Relembramos que um dos argumentos políticos dos que defendiam a participação de Portugal na Grande Guerra era permitir que o nosso país estivesse presente na conferência de vencedores de forma a defender os seus interesses em África. A questão racial originou problemas substancialmente mais complexos na Segunda Guerra Mundial, consubstanciados na teoria racial ariana. Esta, por um lado, considerava os judeus uma raça inferior e nefasta ao desenvolvimento da nação alemã, o que levou a uma política literalmente de extermínio em relação aos judeus, ou seja, o Holocausto. Por outro lado, o arianismo, como teoria racial, levou a que o partido nazi considerasse as outras nações europeias inferiores, e nessa escala de inferioridade os latinos mediterrânicos encontravam-se na base da pirâmide. Neste último caso, ainda existe outra particularidade, e que torna o Holocausto um caso singular: «... a principal característica distintiva daquilo que se tornou conhecido como o Holocausto não foi o seu objetivo de aniquilação racial, mas o facto de ter sido levado a cabo por um regime que tinha à sua disposição

todos os recursos de uma economia industrializada e de uma sociedade instruída...»¹¹

A questão étnica é outro aspeto a considerar na génese dos grandes conflitos dos finais do século XIX e século XX. Não num contexto meramente de rivalidade entre etnias, mas também na forma como estas se relacionavam entre si e aceitavam o poder soberano dos estados ou dos impérios. Isto porque, neste período, grande parte dos povos era mais fiel e respeitador das elites e políticos locais do que das elites centrais e dos governos das nações, incluindo os chefes de Estado. Este facto ajuda a explicar porque houve conflitos étnicos em determinadas zonas da Europa e noutras não.

Contudo, com a entrada no século XX e com a solidificação dos estados-nação estas relações locais e particulares tendem a esbater-se um pouco, mas por outro lado, e como que através de mecanismos sombrios de equilíbrio fomentador de guerras, com esta nova solidificação desses estados, começam a criar-se condições propícias a conflitos, principalmente se houver uma notória diversidade étnica entre eles. Exemplos de grandes grupos étnicos que, no final do século XIX, se tornaram estados-nação são a Grécia, a Itália, a Albânia, a Roménia, a Sérvia e a Bulgária.

Deve nesta fase salientar-se que, como grande parte dos historiadores fazem, não está provada a existência de uma relação causa-efeito com carácter único do aspeto de crise financeira e económica e a eclosão de conflitos em larga escala. Pode ocorrer por coincidência, mas em si não é suficiente para explicar e justificar tal ocorrência. Já o oposto pode acontecer com frequência, ou seja, após grandes conflitos, como as guerras mundiais, verifica-se o surgimento de profundas crises, quer nos vencidos, quer nos vencedores: «... uma proposta direta e aberta à discussão é que os tempos de elevada volatilidade se associam a tensões e pressões sociopolíticas. Por outro lado, isso sugere-nos, sem dúvida alguma, que para as sete economias mais industrializadas (Canadá, França, Alemanha, Itália, Japão, Reino Unido e Estados Unidos da América) a volatilidade, quer no crescimento, quer nos preços, atingiu o seu ponto mais alto entre 1919 e 1939, e foi decrescendo de forma

¹¹ FERGUSON, Niall, *A Guerra do Mundo*, Editora Civilização, Porto, 2006.

constante no período que se seguiu à Segunda Guerra Mundial. Durante muito tempo, os historiadores económicos preocupavam-se em identificar as curvas e os ciclos económicos de várias amplitudes. Ao fazê-lo, tendiam a negligenciar as mudanças na frequência e dimensão das subidas e das descidas acentuadas...».¹² Verificou-se que até às vésperas da Primeira Guerra Mundial a liberdade de circulação económica internacional tinha atingido níveis de expansão só igualáveis nos nossos dias, levando mesmo os bancos a terem de criar mecanismos de autorregulação e fixando os valores das moedas nacionais em paridade com o ouro, com o objetivo nítido de tentar estabilizar os preços dos produtos transacionáveis. Tudo isto se alterou com a Primeira Guerra Mundial, tendo-se verificado um total colapso do sistema das taxas de câmbio do padrão-ouro.¹³

Parece-nos, contudo, inquestionável que a volatilidade das economias é um fator a ter em conta, não o único, mas devemos considerá-lo principalmente porque ele pode levar a excessos de conflitos internos, mais sociais do que políticos. É que nestes períodos assiste-se a uma tendência para os políticos e governantes tornarem a intervenção do Estado na economia mais acentuada, o que pode levar a uma distribuição da riqueza mais controlada e distribuída da forma que mais convier à elite política que estiver no poder. Ora esta forma de regular a distribuição da riqueza por parte de estados mais intervencionistas pode originar mais conflitos sociais, que facilitam a chegada ao poder de autoritarismos, os quais, por sua vez, têm tendência a desenvolver políticas expansionistas geradoras quase sempre de conflitos internacionais.

«Os efeitos sociais e políticos polarizantes da volatilidade económica impõem-se como uma característica recorrente do século xx...»¹⁴

O contexto e génese dos dois grandes conflitos mundiais que tiveram origem na Europa, no século xx, têm de considerar o facto de poderem ser consequência do declínio dos grandes impérios

¹² *Idem, ibidem.*

¹³ HENIG, Ruth, *The Origins of The First World War*, Lancaster Pamphlets, Nova Iorque, 2002.

¹⁴ *Idem, ibidem.*

multiétnicos que caracterizavam o século XIX, isto porque, como regra, os intervenientes em ambas as grandes guerras eram todos impérios, ou desejavam tornarem-se isso mesmo. Portanto, a questão imperial deve pesar na análise genética dos grandes conflitos. «...Os impérios têm a sua importância, em primeiro lugar, pelas economias de escala que proporcionam. Há um limite demográfico para o número de homens que a maioria dos estados-nação pode levar às armas. Um império, porém, tem muito menos restrições; uma das suas funções nucleares é mobilizar e equipar grandes forças militares, recrutadas de vários povos, e lançar impostos ou contrair mais empréstimos para lhes pagar, recorrendo novamente aos recursos de mais de uma nacionalidade. Assim, (...) muitas das maiores batalhas do século XX foram feitas à custa de forças multiétnicas, sob bandeiras imperiais; Estalinegrado e El Alamein são apenas dois dos muitos exemplos.»¹⁵

Outro erro cometido por muitos historiadores, e idêntico ao que já referimos em relação às crises económicas, foi conceber a teoria de que os impérios têm um padrão de crescimento e declínio que pode ser previsível, quando, efetivamente, isso não acontece. Tanto mais que em pleno século XX, ao invés do século XIX, ou contrariamente aos impérios clássicos, eles tiveram todos pouco tempo de vida (isto em termos estruturais) – o caso da União Soviética, que durou de 1922 a 1991, o caso da China, o caso alemão, o que foi fundado por Bismark, e que durou de 1871 a 1918, o império colonial japonês, etc. Portanto, não é um fator homogêneo que consubstancia a génese dos grandes conflitos.¹⁶ Aliás, se houver um padrão na formação e declínio dos grandes impérios, nunca foi através de um modelo idêntico, mas existe um facto curioso: a duração dos impérios é tanto menor quanto mais próximos estão do nosso tempo. O Império Otomano durou de 1453 a 1922 (quatrocentos e sessenta e nove anos); o Império Austro-Húngaro, dos Habsburgos, de 1526 a 1918 (trezentos e noventa e dois anos); o Império Britânico, de 1620 a 1956 (trezentos e trinta e seis anos); o Império dos Romanov, de 1613 a 1917 (trezentos e quatro anos); o Império

¹⁵ FERGUSON, Niall, *A Guerra do Mundo*, Editora Civilização, Porto, 2006.

¹⁶ HORNE, Alistair, *The Price of Glory*, Penguin Books, Nova Iorque, 1993.

Ming, de 1368 a 1644 (duzentos e setenta e seis anos); o Império Mameluco, de 1250 a 1517 (duzentos e sessenta e sete anos); o Império Mongol, de 1526 a 1761 (duzentos e trinta e cinco anos); o Império Safávida, de 1501 a 1736 (duzentos e trinta e cinco anos); o Império Bolchevique, de 1922 a 1991 (sessenta e nove anos); o Império Japonês, de 1895 a 1944 (quarenta e nove anos); o Império Nazi, de 1938 a 1944 (seis anos). Temos assim um império com uma duração máxima de quatrocentos e sessenta e nove anos e, no outro extremo, um que durou seis anos, todos os outros tiveram durações diferenciadas, tendo como referência temporal o período moderno e contemporâneo da nossa história.

Os impérios do século xx apresentaram uma característica quase comum, esta, sim, relacionada com a gênese dos grandes conflitos. Estes novos impérios viviam mal com as limitações de violência que por vezes as religiões podiam impor, por isso, muitos deles alteraram as estruturas sociais existentes: União Soviética, China, Itália, Alemanha, etc. Todos estes impérios subordinaram ou, em alguns casos, aniquilaram as estruturas religiosas. Não eram compatíveis com as suas necessidades de expansionismo baseado em conflitos armados. Estes conflitos originários dos impérios europeus do século xx moldaram o mundo e transformaram completamente a geopolítica global.¹⁷

As especificidades da Primeira Guerra Mundial

Já antes de 1914, se falava por toda a Europa num possível conflito: «... as sociedades europeias já estavam prontas para a guerra muito antes de esta chegar. O imperialismo, o nacionalismo, o darwinismo social, o militarismo (...). Contudo, a guerra tinha raízes profundas...».¹⁸ O grupo social que com mais antecedência previu a Primeira Guerra Mundial foi o dos investidores financeiros, pois seriam eles os que mais perderiam com um conflito desta natureza. Tanto assim que quando a guerra deflagrou,

¹⁷ KEEGAN, John, *The First World War*, Hutchinson, Londres, 1999.

¹⁸ FERGUSON, Niall, *A Guerra do Mundo*, Editora Civilização, Porto, 2006.

se desencadeou uma rápida crise financeira na Europa, principalmente nos países industrializados e com mercados financeiros estruturados, tendo até o de Londres encerrado. Foi o setor que mais rapidamente reagiu à guerra.

Outra particularidade que se tornou num enorme equívoco, por parte de todos, foi partir do princípio de que este conflito seria de curtíssima duração, tratava-se de impérios com um enorme poder bélico, logo a guerra só poderia ser rápida. Foi um dramático erro de visão política e militar. O Kaiser acreditou que o conflito tinha sido previamente preparado e devidamente planeado pela Grã-Bretanha, só que efetivamente nem Eduardo VII nem Jorge V o desejavam. É por este facto que, durante as primeiras semanas de guerra, o público britânico via-a como se fosse só travada no continente, pelo que não seria atingido, e muito menos equacionava a necessidade de a Grã-Bretanha se envolver nela. E, de facto, esta só foi «obrigada» a participar porque a Alemanha invadiu a Bélgica, atitude que colidia com legislação internacional.

Neste conflito houve duas elites em confronto em qualquer dos países beligerantes. Por um lado, a financeira, que via a guerra como o pior dos problemas para os seus negócios, o que era efetivamente real; por outro, os generais, para os quais atrasar o início do conflito era uma forma de patrocinar o aumento de poder por parte do rival – quanto mais rapidamente o aniquilassem, melhor e menos tempo duraria.

A globalização deste conflito foi uma consequência direta do envolvimento da Grã-Bretanha. Possuía um enorme império, que abarcava quase vinte e cinco por cento do território do planeta, e, como foi dito por um monarca britânico, «era o império onde o Sol nunca se punha».

Contudo, tropas britânicas disponíveis na Ilha eram em pequeno número comparadas com as que dispunha por todo o império, e tornou-se inevitável fazer uso desses contingentes imperiais espalhados pelo mundo. Este foi um fator determinante para que a guerra se tornasse mundial. A Grã-Bretanha envolveu diretamente outros povos através dos exércitos imperiais.¹⁹

¹⁹ FERGUSON, Niall, *A Guerra do Mundo*, Civilização Editora, Porto, 2006.

Outro aspeto justificativo para que o conflito se tornasse mundial foi o facto de os franceses terem sido violentamente derrotados num espaço de tempo muito curto, o que provocou um inevitável envolvimento da Grã-Bretanha.